

As dúvidas de um acordo

* 7 NOV 1993

Não coubesse ao Brasil a culpa, bem se poderia dizer que o processo de reestruturação de nossa dívida externa acabou por se transformar em verdadeira via-crúcis. Efetivamente, quando tudo parece estar acertado, verifica-se que temos de vencer ainda muitos obstáculos, o que levanta sérias dúvidas quanto à breve conclusão de um acordo que nos permita reingressar plenamente na comunidade financeira internacional.

Em comunicado que nos poderia dar grande satisfação, o Citibank, como coordenador do Comitê de Bancos Credores, informa que começarão a ser assinados no dia 29 de novembro os acordos com as instituições financeiras e o Brasil. Mas o mesmo comunicado informa também que o fechamento do plano financeiro foi

adiado de 28 de fevereiro para 15 de abril.

Isso significa que, se até essa data (a menos que outro adiamento seja concedido) o Brasil não tiver resolvido alguns problemas, o acordo de reestruturação não será válido. Existe um primeiro problema com um dos credores, a família norte-americana Dart, que se recusa a aceitar as condições fixadas. Detentora de uma parcela importante dos créditos contra o Brasil, essa família está impedindo que se chegue à massa crítica necessária à validade do acordo. Pode-se considerar que a questão cabe mais ao Comitê dos Bancos Credores do que ao Brasil; entretanto, mais importante é a obtenção de títulos norte-americanos ("zero coupon bonds"), indispensáveis ao oferecimento de garantias aos credores.

Ora, o governo de Washington deixou bem claro que somente nos garantirá tais papéis se chegarmos a um acordo "stand by" com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ocorre que o organismo internacional somente assinará tal acordo se conseguirmos um profundo saneamento das finanças públicas. O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, ao participar no final de setembro da reunião anual do FMI, acreditava poder acenar com um novo programa de estabilidade para que se fechasse um acordo com a instituição antes de fevereiro. Hoje, diante das dificuldades que en-

travam a elaboração de novo Orçamento para 1994 — peça que certamente não será votada antes do final do primeiro trimestre do próximo exercício — o titular da Fazenda está pedindo um novo prazo. A questão é saber se, realmente, conseguirá

o Brasil chegar a um saneamento das finanças públicas até essa data, quando se sabe que em 1994 entraremos num ano eleitoral, pouco favorável à austeridade. Corremos,

na realidade, o sério risco de voltarmos à mesma situação enfrentada no final do governo Figueiredo, em que um acordo com os bancos foi adiado para o próximo governo, não mais se realizando...

O acordo de reestruturação da dívida é ameaçado pela incapacidade de eliminar o déficit

ESTADO DE SÃO PAULO